

CÂMARA MUNICIPAL



DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 15/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE JULHO DE 2019

(Contém 22 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 15/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE JULHO DE 2019**

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência do Exmo. Senhor Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira e Nelson António Rosa dos Santos.

Não compareceram à reunião a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto e o Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

O Senhor Vice-Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 12 de julho de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara que não compareceram nesta reunião a Senhora Presidente por motivo de férias e o Senhor Vereador Roberto Oliveira por motivos de ordem profissional e justificou as referidas faltas, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

O Senhor Vice-Presidente expôs que de acordo com o estabelecido, as últimas reuniões da Câmara Municipal são públicas e propôs que o período de intervenção aberto ao público fosse antes da ordem do dia, o que foi aceite por todos.

Seguiu-se o período de intervenção aberto ao público, no qual esteve presente o cidadão Júlio Tavares Oliveira.

O Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença do cidadão Júlio Tavares Oliveira e referiu que é sempre bom ter cidadãos a participar nas reuniões da Câmara Municipal, é uma forma de cidadania participativa que este Órgão deve incutir e valorizar. Passou a palavra ao cidadão Júlio Tavares Oliveira.

O cidadão Júlio Tavares Oliveira começou a sua intervenção agradecendo o facto da Câmara Municipal de Lagoa ter aceite a sua carta e uma adenda à referida carta, propondo a atribuição de um Voto de Louvor ao cidadão António Tavares, e de a ter incluída na agenda de trabalhos, para esta reunião pública da Câmara Municipal. Apresentou uma errata à adenda que tinha enviado e gostaria que a mesma ficasse registada em ata.

Expôs que, erradamente, escreveu que o Senhor Roberto Medeiros, ilustre pauense, tinha perdido o mandato a meio, mas após troca de registos com o Senhor Roberto Medeiros atestou que essa informação foi falsa. Ele não perdeu o mandato de Vereador, mas sim renunciou ao mandato. Assume perante a Câmara Municipal que errou sem intenção e está presente nesta reunião pública para corrigir a veracidade dos factos e pedir desculpas ao Senhor Roberto Medeiros pelo facto ocorrido.

O Senhor Vice-Presidente referiu que tomou conhecimento e fica registado em ata a exposição apresentada.

A Câmara tomou conhecimento.



ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

O Senhor Vice-Presidente apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Alunos da Escola Secundária de Lagoa realizam estágios no Continente com apoio da Autarquia;
- Casa da Água Trail Point com 1000 visitas;
- Orçamento Participativo Jovem de Lagoa dinamiza Zonas Balneares;
- Porto da Caloura acolheu Torneio de abertura de Polo Aquático.

Sobre o assunto “Alunos da Escola Secundária de Lagoa realizam estágios no Continente com apoio da Autarquia” o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou esclarecimentos sobre os critérios subjacentes a essas deslocações, como funcionam as candidaturas e se há alunos que frequentam mais do que um estágio.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira responsável pela área da Educação.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que a Câmara Municipal apoiou, à semelhança do ano transato, a deslocação de 14 alunos da Escola Secundária de Lagoa, ao Continente, no âmbito da bolsa “Jovens à Descoberta”, para os alunos do ensino secundário que frequentam o Curso de Ciências, dando a oportunidade a esses alunos de iniciarem o programa Ciência Viva no Laboratório – Ocupação Científica de Jovens nas Férias, em diversas Universidades do Porto e Lisboa.

Mais informou a Senhora Vereadora Albertina Oliveira que os alunos que frequentam o Curso de Ciências fazem a sua inscrição na Escola Secundária de Lagoa e é um processo que decorre naquela Escola Secundária. A Câmara Municipal suporta a deslocação desses alunos, sendo que este ano participaram 14 alunos e o ano passado 9 alunos. Para o próximo ano vão ser estabelecidos critérios de seleção, porque a tendência é aumentar a participação do número de alunos nesses estágios.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se os critérios serão fixados com base nos resultados escolares dos alunos.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que ainda não foram estabelecidos os critérios de seleção e será um trabalho que irão realizar em conjunto com a Escola

Secundária de Lagoa, para que no próximo mês de março a Câmara Municipal já possa saber quantos alunos irão participar nos estágios.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que nestes anos todos os alunos do Curso de Ciências que se inscreveram, puderam participaram nos estágios, pelo que sugeriu que a Câmara Municipal deveria criar algumas “balizas”, uma vez que o número de participação desses alunos têm vindo a aumentar, mas que a bolsa de alunos a participar nos estágios, não fosse muito inferior ao número de alunos que participaram este ano.

O Senhor Vice-Presidente referiu que se dará conhecimento a este Órgão dos critérios de seleção que vierem a ser estabelecidos para o próximo ano.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO LAGOA INVESTE - REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL:

Foi presente a proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE – Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, na sequência da necessidade de ajustamentos ao funcionamento do referido Regulamento Municipal.

O Senhor Vice-Presidente apresentou as seguintes considerações em relação à proposta apresentada. Referiu que a presente segunda alteração surge cerca de 3 anos após a primeira alteração ao Regulamento Lagoa Investe e com esta, o Município de Lagoa pretendeu ajustar alguns critérios, entre eles, permitir que investimentos de menor dimensão económica/financeira, para o Tecnoparque, possam obter a classificação DIM (Declaração de Interesse Municipal) e com isso os correspondentes benefícios inerentes. Estabeleceram-se, igualmente, critérios mensuráveis para os projetos poderem beneficiar da isenção ou redução do IMT e IMI. Embora tal já estivesse contemplado, na redação anterior, as premissas de acesso a esses apoios não estavam, devidamente, clarificadas e definidas no que concerne aos valores de investimento necessários para enquadramento no apoio respetivo, redução ou isenção, tal situação poderia criar alguma dualidade de critérios, sobre o tipo de benefício. Assim, com a nova redação ficam estabelecidos os montantes de investimento necessários para o acesso dos projetos, à classificação DIM, à redução de IMT e IMI, os termos dessa

mesma redução e a caracterização necessária do investimento para o enquadramento na isenção.

Mais apresentou o Senhor Vice-Presidente que foi igualmente considerado a alteração do prazo de manutenção do investimento que estava contemplado no Regulamento, de 5 anos para 10 anos, por entenderem ser um prazo mais razoável, como garantia de um período maior de retorno para a economia do Concelho e sustentabilidade do projeto de investimento apoiado. Além disso, criou-se a oportunidade para que, novas áreas de negócio pudessem instalar no Tecnoparque e beneficiar da renda mais reduzida, áreas tidas como fundamentais, para um desenvolvimento municipal equilibrado, nomeadamente, o desporto, a cultura e o apoio social. Entendeu-se, ainda, face à evolução do mercado, que tem sido favorável e de forma sustentada, ajustar e incrementar os valores da renda por m²/ano no subarrendamento, considerando este novo contexto económico.

Referiu, ainda, o Senhor Vice-Presidente que esta alteração tem um impacto financeiro positivo no âmbito das receitas estimadas do Município, uma vez que aumenta a receita do subarrendamento do Tecnoparque e reduz o impacto da despesa fiscal, com a introdução de critérios mais estreitos de pontuação para a atribuição de isenção de IMT e IMI, não agravando assim a estimativa da despesa fiscal inicial.

O Senhor Vice-Presidente apresentou uma correção ao estudo de impacto económico que foi elaborado com esta segunda alteração ao Regulamento Lagoa Investe, nomeadamente, ao valor referente à isenção do IMT da construção do Hotel do Grupo Internacional Hilton que são 31.965,70 € e não 15.982,85 €, como inicialmente apresentado, atendendo que o pagamento foi feito em duas fases.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, face à correção apresentada pelo Senhor Vice-Presidente, questionou se já ocorreu a venda do espaço das Portas da Lagoa para o Grupo Internacional Hilton para a construção do Hotel.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que não, a situação do pagamento do IMT está relacionada com o direito de superfície que está sujeito ao pagamento do IMT.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que regista com apreço que foram feitas alterações no sentido de melhor esclarecer as situações das isenções, pois gosta das situações claras e zonas cinzentas não são uma forma agradável de tratar pessoas. Em termos de investimento também não é agradável, porque quem investe gosta de saber desde o início com o que pode contar. No entanto, há também um alargamento das possibilidades de investimento naquela zona, a nível de desporto, mas há uma redução da área de investimento, nomeadamente de comércio e serviços, que ficou excluída da redação atual.

O Senhor Vice-Presidente expôs que se mantém a redução das taxas nas edificações destinadas a comércio, indústria e serviços, estava previsto na alínea b) do número 1 do artigo 12.º e nesta alteração passou para a alínea a):



“Artigo 12º (Redução de taxas)

1. As taxas de emissão (TE) e taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas (TMU), previstas no capítulo VII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município da Lagoa, aprovado pela Assembleia Municipal, em 29 de novembro de 2011, são reduzidas, com dispensa da obtenção de declaração de interesse municipal, nas seguintes condições:

- a) Em 30% nas edificações destinadas a comércio, indústria e serviços;
- b) Em 30% nas edificações destinadas a atividades especialmente vocacionadas para o turismo e para atividades culturais.”

Mais informou o Senhor Vice-Presidente que nesta alteração são excluídas as alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 12.º - “a) Em 20 % nas novas operações de loteamento e edificação de habitação coletiva” – “c) Em 30 % nas edificações destinadas a habitações unifamiliares”, porque entendeu-se valorizar a reabilitação urbana em detrimento da nova construção. Atendendo que existe, em vigor, o Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação dos Centros Urbanos no Concelho de Lagoa – Açores e este já contempla apoios para a habitação nas operações consideradas de reabilitação nas ARUs.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concorda com as alterações dos valores de investimento a realizar e do número dos postos de trabalho que foram reduzidos para metade. Sobre a limitação de investimento, expôs que apesar do Tecnoparque mostrar alguma energia, não há atividade suficiente para permitir entrar já nessa fase, porque ainda há lotes disponíveis para construir, nomeadamente, o espaço que era para construir o Hospital Particular São Lucas. Entende que é prematuro criar a exclusão dessa possibilidade, porque a economia vive muito do setor terciário e, em sua opinião, não será a altura certa.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a área do comércio e serviços tem enquadramento no Tecnoparque e se um projeto de comércio obtiver a classificação DIM (Declaração de Interesse Municipal), beneficia das condições previstas no Regulamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que nesta alteração estão descritos na alínea d) do artigo 5.º os CAE e não está previsto o comércio.

O Senhor Vice-Presidente informou que aquelas áreas com aqueles CAE beneficiam de maior bonificação da renda. O n.º 2 do artigo 3.º refere “São elegíveis para apoio as iniciativas empresariais de interesse municipal, de natureza comercial, industrial e de serviços, bem como os de natureza cultural e ou social e desportiva.”

Relativamente ao valor das rendas que vão ser majoradas em 50%, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se têm efeito retroativo em relação aos contratos de arrendamento que estão em vigor.

O Senhor Vice-Presidente informou que não, pois estas alterações só terão aplicação depois de aprovadas e o Regulamento publicado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado salientou que, em sua opinião, o valor de 50% de aumento das rendas é um valor alto e propôs a alteração daquele valor para 25% ou 30%, pois seria uma posição mais coerente. Acrescentou que este documento poderá ser revisto novamente daqui a 2 anos e de acordo com a evolução da economia, passar-se-ia então para outra fase. Mais referiu que a situação da pontuação dos equipamentos multifamiliares deixar de estar contemplada como estava anteriormente também deveria ser repensada, porque há lotes disponíveis para construir e, ainda, não existem construções desse género no Tecnoparque. Se com todos os apoios não houve esse tipo de construção, receia que agora seja desencorajador que venha aparecer esse tipo de construção.

Após troca de impressões entre os membros, o Senhor Vice-Presidente propôs alterar o valor do aumento das rendas, de 50% para 30%, de acordo com a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e a manutenção do aumento de 50% da renda de valor mais reduzido. Assim, o valor referido na alínea b) do número 1 do Artigo 10.º (Preço e prazo para o subarrendamento) passa de 3,75 € para 3,25 € e o valor do número 2 daquele artigo, passa de 7,5 € para 6,5 €. A alteração do artigo 10.º passa a ter a seguinte redação:

"1. [...];

a) Projetos de investimento nas áreas tecnológicas e de investigação (CAE-rev3; n.º 72), saúde (CAE-rev3; n.º 86), apoio social (CAE-rev3; n.º 87), desporto (CAE-rev3; n.º 93), cultura (CAE-rev3; n.º 90), – 0,75 €, ao ano, por metro quadrado de terreno;

b) Projetos de investimento em outras áreas – 3,25 €, ao ano, por metro quadrado de terreno;

2. O valor do metro quadrado para efeitos de subarrendamento anual dos lotes urbanos integrados no Tecnoparque da Lagoa e assinalados na planta constante do anexo I ao presente regulamento aos promotores de investimento que não obtenham declaração de interesse municipal é fixado em 6,5 €, por ano, por metro quadrado."

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que regista a abertura do Senhor Vice-Presidente na negociação desses valores, pois considera que foi importante.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE – Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, com a correção proposta;

2.º Submeter à apreciação pública a referida alteração de Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série.

PONTO N.º 3 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 974.000,00 €:

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos até ao montante máximo de 974.000,00 €, foi presente o ofício do Banco BPI, S.A.

Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

“Em face das classificações finais do procedimento em questão “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 974.000,00€ (novecentos e setenta e quatro mil euros)”, a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA – pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.”, tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou como foi feito o procedimento para a Contratação dos Empréstimo de Médio e Longo Prazo.

O Senhor Vice-Presidente explicou que na sequência da deliberação da Câmara Municipal, em reunião de 4 de junho de 2019, foram enviados ofícios às Instituições Bancárias: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos, para apresentarem a sua melhor proposta de financiamento, de acordo com as condições que foram aprovadas. As propostas foram recebidas em carta fechada e abertas em ato público, pela Comissão de Abertura das propostas e posteriormente analisadas pela respetiva Comissão de Análise das propostas.

Mais referiu o Senhor Vice-Presidente que face à situação apresentada pelo Banco BPI, S.A., a qual foi analisada pela Comissão de Análise das propostas, estes processos foram novamente presentes em reunião Camarária e serão submetidos à Assembleia Municipal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:



1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, do empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 974.000,00 € (novecentos e setenta e quatro mil euros);

2.º Submeter à Assembleia Municipal, o referido processo, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei;

3.º Notificar os interessados e enviar o processo para visto do Tribunal de Contas.

PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos até ao montante máximo de 265.500,00 €, foi presente o ofício do Banco BPI, S.A.

Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

"Em face das classificações finais do procedimento em questão "CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 265.500,00€ (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros)", a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA – pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.", tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, do empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 265.500,00 € (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos euros);

2.º Submeter à Assembleia Municipal, o referido processo, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei;

3.º Notificar os interessados e enviar o processo para visto do Tribunal de Contas.

PONTO N.º 5 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 8 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 110.000,00 €:

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos até ao montante máximo de 110.000,00 €, foi presente o ofício do Banco BPI, S.A.

Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

“Em face das classificações finais do procedimento em questão “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 110.000,00€ (cento e dez mil euros)”, a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA – pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.”, tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, do empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 110.000,00€ (cento e dez mil euros);

2.º Submeter à Assembleia Municipal, o referido processo, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei;

3.º Notificar os interessados e enviar o processo para visto do Tribunal de Contas.

PONTO N.º 6 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 4 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 75.000,00 €:

Na sequência do direito de audiência prévia dos concorrentes ao procedimento para Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos até ao montante máximo de 75.000,00 €, foi presente o ofício do Banco BPI, S.A.

Sobre o mesmo, a Comissão de Análise das propostas confirma a sua extemporaneidade e emitiu o Relatório, com a seguinte conclusão:

"Em face das classificações finais do procedimento em questão "CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros)", a Comissão delibera, por unanimidade, manter a exclusão da proposta do concorrente BPI SA – pelos argumentos de facto e de direito supra -, e, ao considerar o SPREAD da proposta dos concorrentes Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco dos Açores, e atento o critério de adjudicação do presente procedimento, sugere a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos.

Assim, e considerando que não ocorreu alteração da ordenação das propostas, não será realizada nova audiência prévia, sendo, em seguida, este relatório enviado, juntamente com os demais documentos, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de decisão, adjudicação e notificação aos interessados.", tudo conforme relatório cujo integral conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Manter a manutenção da adjudicação ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, do empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros);

2.º Submeter à Assembleia Municipal, o referido processo, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei;

3.º Notificar os interessados e enviar o processo para visto do Tribunal de Contas.

PONTO N.º 7 – PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DO CAMPO MUNICIPAL MESTRE JOSÉ DA COSTA LESTE:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 17 de maio de 2019, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre o Projeto de Regulamento de utilização, funcionamento e segurança do Campo Municipal Mestre José da Costa Leste, que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 109, de 6 de junho de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o referido projeto, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 8 – PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DO CAMPO MUNICIPAL JOÃO GUALBERTO BORGES ARRUDA:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 17 de maio de 2019, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre o Projeto de Regulamento de utilização, funcionamento e segurança do Campo Municipal João Gualberto Borges Arruda, que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 109, de 6 de junho de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o referido projeto, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 9 – DESPACHO – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DO FESTIVAL CALOURA BLUES, NA BAIXA D'AREIA, EM ÁGUA DE PAU – RATIFICAÇÃO:

Sobre o procedimento acima referenciado, foi presente o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 10 de julho de 2019, que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues e no uso das minhas competências legais, determino o seguinte:

- 1.º Atenta a urgência do procedimento em causa, nomeadamente porque o evento terá lugar nos dias 26 e 27 de julho do corrente ano, adjudicar o direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues, a Hélder Aguiar Ponte Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar), pelo valor de 1.500,00€ acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;
- 2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo;
- 3.º Solicitar ao adjudicatário a apresentação de uma apólice de seguro multiriscos comércio, conforme a cláusula 13.ª do caderno de encargos;
- 4.º Submeter o presente despacho a ratificação da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a proposta adjudicada foi a única proposta concorrente, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que a proposta da Empresa Hélder Aguiar Ponte, Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar) foi a única proposta apresentada.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que não lhe deixa confortável esta situação e questionou se este procedimento concursal foi devidamente divulgado.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira, responsável pelo evento do Festival Caloura Blues.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que o aviso, para conhecimento público, do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues foi publicado no Jornal Correio dos Açores e disponibilizado no Portal da Câmara Municipal de Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que talvez será necessário tornar mais atrativo a exploração de bares dos eventos que a Câmara Municipal organiza, de forma haver mais concorrentes, tal como acontece em outros concursos públicos. Questionou se é normal haver poucos concorrentes em outros eventos de outros Concelhos.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que tem conhecimento que esta empresa também prestou serviço em outros dois eventos, designadamente, no “Jardim Sagres Fest” e nas Festas do Nordeste. Acrescentou que é preciso ter uma logística, pessoal disponível e equipamentos para poder concorrer a este tipo de eventos.

O Senhor Vice-Presidente referiu que as condições para cessão do direito de exploração daqueles bares foram devidamente publicitadas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que face aos esclarecimentos prestados, sente-se mais confortável com esta situação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 10 de julho de 2019, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CONCURSO PÚBLICO “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA CIDADE DE LAGOA”:

Sobre o processo do Concurso Público “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa” foi presente o documento para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, que abaixo se transcreve:

“A Assunção de Compromissos Plurianuais, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 31 de fevereiro, da Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso (LCPA).

Considerando que:

- A obra “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, na sequência do concurso público, com contrato assinado, a 20 de março de 2019;
- A obra tem um prazo de execução de 300 dias;
- A execução física da obra, irá decorrer, quer no corrente ano, quer no próximo ano;

- Aguarda-se a obtenção do Visto do Tribunal de Contas.

Torna-se necessário proceder à assunção do compromisso plurianual da “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, em 2 anos económicos, designadamente:

- 3 meses em 2019 – 165.134,58€ com IVA incluído
- 7 meses em 2020 – 703.759,42€ com IVA incluído.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que quando foi presente o projeto de “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa” para aprovação em reunião Camarária, já manifestou algum desagrado pelo facto daquele traçado não permitir a passagem de veículos de segurança e emergência. Em sua opinião, o traçado daquela ciclovia ao não permitir a passagem daqueles veículos é um projeto limitado, que poderá acarretar no futuro alguns problemas ao nível de segurança. Por essas razões, irá abster-se nesta deliberação, por entender que não foi a solução correta do traçado da ciclovia. Acrescentou, que alertou atempadamente para esta situação, porque era importante que a mesma ficasse salvaguardada. Não está a ver fazer-se policiamento apeado naquela zona, o que poderá, eventualmente, contribuir para a existência de atos de vandalismo ou outras práticas ilícitas, naquele percurso.

O Senhor Vice-Presidente referiu que ficam registadas as observações apresentadas pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais do Concurso Público “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”.

PONTO N.º 11 – ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR:

Pelo cidadão Júlio Tavares Oliveira foi presente a carta, datada de 10 de julho de 2019 e uma adenda à referida carta, datada de 12 de julho de 2019, propondo a atribuição de um voto de louvor ao cidadão António Tavares, natural da Freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, nos termos do Regulamento das Distinções Honoríficas, em vigor neste Concelho.

O Senhor Vice-Presidente expôs que foi submetido pelo cidadão Júlio Tavares Oliveira a proposta para a atribuição de um voto de louvor ao cidadão António Tavares, seu avô materno. Tem, no entanto, algumas considerações a fazer antes de passar à discussão e votação. Entende a solicitação da atribuição do voto de louvor ao cidadão, António Tavares, pelo seu percurso de vida, pela carreira militar que teve, pela intervenção comunitária que promoveu enquanto cidadão, seja em funções de autarca ou dirigente associativo, ou mesmo explicador. Um ex-combatente que participou em quatro comissões no Ultramar e várias

vezes fora distinguido pelo Comandante da Zona Militar dos Açores e inclusive pelo Chefe das Forças Armadas dos Açores.

É dever da Câmara Municipal reconhecer e enaltecer todos aqueles que ao longo do seu percurso de vida, seja na defesa da Pátria, ou pela causa pública, tenham dado um contributo relevante para o Concelho. Neste caso, em particular, trata-se da ação ao longo de uma vida que deve ser registada. Apraz-lhe considerar que as distinções honoríficas têm esse objetivo, homenagear, perpetuar ações, valorizar o mérito, criar referências. O valor de cada distinção deve por isso ser valorizado e não vulgarizado, ser elevado e não diminuído, porque de reconhecimento de pessoas, cidadãos se trata. A forma de atribuição das distinções honoríficas pode e deve elevar o muito com que tantos contribuíram. Diminuir esse ato é, naturalmente, minorar a distinção.

Este é um voto de louvor proposto com base num percurso de vida, mas não constitui, em si, um facto temporal recente que implique ser votado hoje. As distinções que, ultimamente, têm sido, aprovadas de forma isolada, nesta Câmara Municipal, têm subjacente factos temporais, seja por via de percursos profissionais que terminam em determinado tempo e mereçam devida distinção, a título de exemplo recente, o caso do Prof. Alexandre Oliveira e Prof. Eduíno Ponte, percursos desportivos cujo momento assinala o fim de uma carreira, o caso do cidadão Paulo Clemente Raimundo, datas comemorativas específicas de Instituições, feitos desportivos que enaltecem o Município ou determinado desempenho que mereça ser destacado e reconhecido naquela data.

Nesta situação, em particular, têm um ilustre cidadão com o mérito de uma vida, mas sem a imprescindibilidade da votação nesta reunião. Entende, por isso, que este voto a ser votado neste contexto, não valoriza, mas diminui a importância do próprio louvor. Ao diminuir o seu ato estão a reduzir o reconhecimento e louvor daqueles cujas ações se notabilizaram ao longo do percurso de vida.

O Cidadão Júlio Oliveira propôs esta atribuição, nos termos do Regulamento das Distinções Honoríficas, amanhã poderá, legitimamente, existir outro cidadão a propor um voto a um amigo, familiar, ou pessoa conhecida. Assim considera que votar esta distinção de forma isolada poderá constituir um precedente. Um precedente para, amanhã, serem consideradas muitas outras propostas para votação isolada e por via dessas inúmeras votações, a Câmara Municipal ver diminuída o valor do louvor. Entende não ser correto e aceitável para quem o recebe e propõe, na expectativa, natural, da valorização e reconhecimento.

Acrescentou o Senhor Vice-Presidente que sendo este um voto de um percurso de vida a Câmara Municipal o deve considerar, num conjunto de personalidades com percursos que mereçam registo e enaltecimento. Propõe, desta forma, que a votação seja adiada para uma próxima reunião, em que sejam considerados outros cidadãos para atribuição de

distinção, identificados pelas forças vivas do Concelho e por membros dos Órgãos deste Município. Um conjunto de pessoas cujos atos serão considerados e votados numa reunião por este Órgão Executivo e a atribuição efetuada em momento solene. O Regulamento das Distinções Honoríficas, em vigor neste Concelho, prevê que “as Cerimónias Públicas e Solenes, referidas neste regulamento, realizar-se-ão, salvo em casos excepcionais, no dia 11 de abril de cada ano, Feriado Municipal.”

Defendeu o Senhor Vice-Presidente que a Câmara Municipal deve pronunciar-se neste sentido, ou seja, reconhecer um conjunto de cidadãos merecedores da atribuição de insígnias concelhias num momento solene, por isso a sua proposta é que esta votação seja adiada para uma reunião camarária a realizar-se antes do Feriado Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que nalgumas situações não está de acordo com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, mas há uma em que está. Noutros tempos, nas comemorações do Feriado Municipal eram feitas as Distinções Honoríficas do Concelho e isso levou a alguma ligeireza dessas Distinções. Percebeu e concordou com a posição assumida pela Senhora Presidente da suspensão desses atos. Entende que não será uma situação para se manter eternamente, de 5 em 5 anos ou de 10 em 10 anos, devia-se criar um momento para a distinção de um conjunto de pessoas, porque no decorrer desse tempo há pessoas e Instituições que se vão destacando. Em sua opinião, passar um largo período de tempo, sem fazer nada não é justo para a Sociedade. Expôs que concorda com a posição do Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado declarou que conhece o cidadão António Tavares é uma pessoa ilustre demais para ser distinguido numa sexta-feira de manhã. Leu a proposta apresentada e nada lhe surpreendeu porque conhece-o muito bem. Concorde plenamente que seja feita uma distinção ao cidadão António Tavares, mas o momento tem de ser apropriado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que atendendo que o proponente desta proposta está presente nesta reunião pública, gostaria de saber a opinião do cidadão Júlio Oliveira, sobre a sua proposta, se era para ser votada nesta reunião ou mais tarde.

O Senhor Vice-Presidente disse que o cidadão Júlio Oliveira já usou da palavra no período de intervenção aberto ao público e não poderá intervir neste período da ordem do dia. Tem muito gosto em ouvir a opinião do cidadão Júlio Oliveira depois da reunião da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que tem que se considerar uma situação, será que houve por parte deste Órgão uma má interpretação das intenções do cidadão Júlio Oliveira. Se eventualmente é uma proposta para votação e é atribuído ou não o voto de louvor, ou a passagem desse ponto para uma outra reunião.

O Senhor Vice-Presidente disse que conforme já expôs, propõe que seja deliberado o adiamento desta atribuição para uma reunião posterior. Não fazia sentido votar contra este voto de louvor, mas entende que pelas razões que já explicou e também apreciou das observações do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado a valorização do voto de louvor é algo importante para valorizar o reconhecimento daqueles a quem é atribuído o voto de louvor. É importante que seja num momento oportuno.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que dar um trato imediato a esta proposta, também abre um precedente menos agradável, conforme referiu o Senhor Vice-Presidente e percebeu a preocupação. Amanhã podem propor um voto de louvor de situações que podem não lhes deixar confortáveis. Acrescentou, que entende que não sejam pedidos esclarecimentos adicionais ao proponente desta proposta, por isso prefere votar um adiamento da atribuição deste voto de louvor do que votar favoravelmente e como disse o Senhor Vice-Presidente será diminuir o reconhecimento daqueles que trabalharam ao longo do percurso da sua vida.

O Senhor Vice-Presidente referiu novamente, a proposta de adiamento da atribuição deste voto de louvor, para uma reunião futura da Câmara Municipal, em que reúnam um conjunto de cidadãos identificados pela Sociedade que têm um percurso de vida também importante para ser considerado e depois em momento solene que poderá ser ou não no Feriado Municipal, ser atribuído essa distinção a essas pessoas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sugeriu que fosse criada uma bolsa de possíveis cidadãos para serem distinguidos num futuro próximo, uma vez que já se fez uma pausa considerável desse tipo de procedimento.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, o adiamento da votação da atribuição de um Voto de Louvor ao cidadão António Tavares.

PONTO N.º 12 – PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÕES FISCAIS DE EMPARCELAMENTO:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Paulo Patrício Brum Amaral, residente na Rua do Rosário n.º 157, Vila de Rabo de Peixe, Concelho da Ribeira Grande, solicitando nos termos do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, parecer com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento simples na freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho.

Pelo Gabinete Técnico desta Câmara Municipal foi prestada a informação número 9/2019 que abaixo se transcreve:

“No seguimento do requerimento apresentado pelo Sr. Paulo Patrício Brum Amaral, relativo ao pedido de isenção fiscal para o emparcelamento rural simples em causa, ao abrigo do

disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, somos a informar que o mesmo contribuirá para melhorar a estrutura fundiária local.

Assim, poderá o emparcelamento estar isento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto de Selo, ao abrigo da alínea a) n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto."

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento simples, conforme requerido por Paulo Patrício Brum Amaral, nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.

PONTO N.º 13 – PEDIDO DE APOIO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO CABOUCO:

Pela Associação Cultural e Desportiva do Cabouco foi presente a candidatura com o pedido de apoio para o Evento: Lagoa Futsal Cup 2019, que decorrerá de 6 a 8 de setembro de 2019.

Pelo Gabinete de Desporto foi apresentada a grelha de avaliação do evento, conforme o disposto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, em vigor neste Concelho.

Pelo Senhor Vereador Nelson Santos foi exarado o seguinte despacho:

"Concordo com a avaliação técnica. Proponho a atribuição do correspondente apoio através da assunção direta de encargos perante terceiros, conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais."

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que na sequência do Relatório enviado pelo Tribunal de Contas à auditoria ao Município da Lagoa, apresentado na última reunião Camarária, e da deliberação tomada naquela reunião, de acatar a recomendação formulada por aquele Tribunal de Contas, não se sente confortável em aprovar a atribuição do correspondente apoio à Associação Cultural e Desportiva do Cabouco, por isso irá abster-se nesta deliberação.

O Senhor Vice-Presidente realçou que este pedido de apoio está enquadrado no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, em vigor neste Concelho. Acrescentou, que na última reunião da Câmara Municipal foi deliberado acatar a recomendação formulada pelo Tribunal de Contas, no Relatório à auditoria ao Município da Lagoa, de suspender a aplicação do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa, pelo que são documentos com procedimentos completamente distintos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Aprovar a atribuição do correspondente apoio à Associação Cultural e Desportiva do Cabouco, através da assunção direta de encargos perante terceiros, conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e à Associação Cultural e Desportiva do Cabouco.

Por motivo de ordem profissional e compromisso assumido, a Senhora Vereadora Albertina Oliveira, ausentou-se da reunião, prosseguindo a reunião Camarária com quatro membros presentes.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 14 – 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

Foi presente à Câmara a 3.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019, que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Anulações

Receita

10030702 – Fundos Comunitários – 630.963€

120502 – Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras – 349.999€

Despesas

07030301 – Obra n.º 16/I/2016 - Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa – 630.963€

100503 – Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras – 349.999€

Valores a inserir no Orçamento de 2020:

07030301 – Obra n.º 16/I/2016 - Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa – 703.760€.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se nesta deliberação em coerência com a posição tomada no ponto 10 desta reunião, uma vez que esta 3.ª

Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano está relacionada com a obra de “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do PS e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, concordar e submeter à Assembleia Municipal a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, para aprovação, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:

PONTO N.º 15 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 25 de julho do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 901.468,76 € (novecentos e um mil quatrocentos e sessenta e oito euros e setenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA:

ALTERAÇÃO DE DATA DE REUNIÃO CAMARÁRIA:

O Senhor Vice-Presidente propôs a alteração da data da próxima reunião da Câmara Municipal. Assim, a reunião agendada para o dia 9 de agosto passará para o dia 16 de agosto, às 10:00 horas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a alteração proposta;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:50 horas, foi pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA